

MATRIZ DE COMPETÊNCIAS

ESCRITÓRIO DE DIREITOS HUMANOS E ASSESSORIA JURÍDICA POPULAR FREI TITO DE ALENCAR (EFTA)

As atribuições do cargo de **chefe** estão estabelecidas na Resolução Nº780/2025, conforme segue:

I – planejar, gerenciar e executar ações, programas e projetos relacionados à promoção de atividades para o enfrentamento às violações de direitos humanos e pela democratização do acesso à justiça;

II – promover ações de Assessoria Jurídica Popular voltadas para a educação social e para a assessoria jurídica a comunidades, entidades, grupos, movimentos sociais e sujeitos cujos direitos humanos foram historicamente negados;

III – desenvolver atividades em parceria com as instituições tradicionais de assistência jurídica, incidindo prioritariamente em casos relacionados a demandas coletivas e, eventualmente, em casos individuais de grave violação aos direitos humanos;

IV – executar outras atividades correlatas que lhe sejam atribuídas.



COMPETÊNCIAS

CARGO/FUNÇÃO: CHEFE

CONHECIMENTO ORGANIZACIONAL	CONHECIMENTO PROFISSIONAL	HABILIDADES (Saber fazer)	ATITUDES (Saber ser)	VALORES	RESULTADOS
Conhecimentos referentes a instituição.	Conhecimentos técnicos, teóricos e práticos referentes à área do cargo.	Uso dos conhecimentos na prática.	Ações embasadas nos conhecimentos e habilidades.	Princípios éticos e morais que guiam as ações e decisões.	Entregas concretas, impacto ou valor gerado para a instituição e para a sociedade.
Regimento interno da Alece	Direito Constitucional e Direitos humanos	Escuta sensível e empática	Flexibilidade	Transparência	Assessoramento jurídico de comunidades, coletivos, movimentos sociais e outros grupos socialmente vulnerabilizados eficiente
Governança institucional	Direito Administrativo	Liderança	Engajamento	Probidade	Acesso à Justiça nos casos de violações de direitos acompanhados pelo EFTA ampliado
Plano plurianual, Lei de diretrizes orçamentárias e Lei orçamentária anual	Gestão de pessoas	Trabalho em equipe	Sensibilidade	Compromisso ético-político com a promoção e defesa dos direitos humanos	Resultados alcançados transparentes
Direcionamento estratégico	Gestão por processos baseada em riscos	Comunicação e redação oficial	Franqueza	Educação popular	Processo de assessoria jurídica popular desenvolvido pelo EFTA monitorado
Estatuto dos servidores públicos do estado do Ceará	Funcionamento do sistema de Justiça	Comunicação objetiva	Proatividade	Respeito à diversidade	Ampliação contínua do quantitativo de famílias beneficiadas pelo serviço ofertado
Ato normativo nº 364 e outras normas que regem o fluxo de recebimento, registro e encaminhamento de denúncias de violações de direitos recebidas pela Comissão de Direitos Humanos e Cidadania da Alece	Monitoramento de políticas públicas	Mediação e prevenção de conflitos	Compreensão crítica da realidade	Responsabilidade	Eficiência na gestão e prevenção de conflitos
	Variedade padrão da língua portuguesa	Inteligência emocional	Tomada de decisões informadas por evidências		Reconhecimento institucional do EFTA
	Superior completo		Urbanidade		Ações de Assessoria Jurídica Popular voltadas para a educação social a comunidades, entidades, grupos, movimentos sociais promovidas
					Parceria com as instituições tradicionais de assistência jurídica desenvolvida